



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A HISTORICIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DA INVISIBILIDADE A INCLUSÃO

Paola Gianotto Braga

Vera Lucia Gomes

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral, debater de maneira conceitual a historização da concepção da deficiência ao longo do tempo. A justificativa para a escolha do tema paira sobre sua contemporaneidade, além da expectativa de contribuir para o âmbito acadêmico. O método de pesquisa empreendido segue natureza qualitativa, com pesquisa do tipo bibliográfica. Dentre os principais achados, foi possível concluir que a história do conceito de deficiência marca momentos cruéis, de intensa segregação e invisibilidade das pessoas com deficiência, substituídos, posteriormente pelo assistencialismo e ações caritativas. Em seguida houve o modelo biomédico, que entendeu, durante muito tempo, a deficiência como algo a ser curado, a pessoa a ser reabilitada a fim de se adequar aos padrões sociais o máximo possível. Somente de forma relativamente recente, no modelo social de conceituar a deficiência, que essa passou a ser entendida como uma das muitas condições que diversificam o ser humano um do outro. A partir de então, e até o presente, luta-se para eliminar barreiras físicas, comportamentais e atitudinais para incluir todas as pessoas na sociedade, possibilitando o acesso aos espaços públicos e à vida social, que por tanto lhes foi negada.

Palavras-chave: Deficiência. História. Inclusão.

ABSTRACT

The main objective of this article is to discuss conceptually and historically. The justification for choosing the theme hangs on its contemporaneity, in addition to the expectation of contributing to the academic field. The research method followed is qualitative, with bibliographic research. Among the main findings, it was possible to conclude that the history of the concept of disability marks cruel moments of intense segregation and invisibility of people with disabilities, replaced later by welfare and charitable actions. Then there was the biomedical model, which understood, for a long time, the deficiency as something to be cured, the person to be rehabilitated in order to conform to social standards as much as possible. Only relatively recently, in the social model of conceptualizing disability, it has come to be understood as one of the many conditions that diversify the human being from one another. From then on, and to the present, we struggle to eliminate physical, behavioral and attitudinal barriers to include all people in society, making them accessible to public spaces and social life, which were denied them.

Keywords: Deficiency. History. Inclusion.





1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade as pessoas são diferentes entre si, cuja diversidade é manifestada, por exemplo, na diferença entre homens e mulheres, nas fases do ciclo de vida e nas próprias características inerentes ao ser humano. Como consequência de uma histórica supervalorização de capacidades física, sensorial e cognitiva, as pessoas com deficiência sempre enfrentaram a exclusão e muitas formas de segregação social, e até mesmo a eliminação em épocas de outrora.

Essa história aponta um passado de intenso preconceito, exclusão e discriminação, bem como da desvalorização da condição de ser humano da pessoa com deficiência. Em todas as situações se nota uma opressão sobre esses indivíduos e grupos minoritários em geral, que viveram durante muito tempo em situação de intensa vulnerabilidade. O histórico das pessoas com deficiência aponta para uma situação em que a inclusão somente passou a ser discutida de forma relativamente recente.

Em vista das premissas supra expostas, desenha-se como objetivo central do presente trabalho, debater de maneira conceitual a historização do conceito de deficiência ao longo do tempo. A fim de traçar um caminho coerente para o desenvolvimento do tema, elencam-se como objetivos específicos: conceituar a deficiência e debater sobre a evolução desse conceito ao longo da história. Sendo assim, a problemática da pesquisa paira sobre a questão: como ocorreu a evolução histórica do conceito de deficiência ao longo dos anos?

2 REFERENCIAL TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) a origem do termo “deficiência” advém do latim “*deficientia*” e diz respeito a algo que tenha falhas, imperfeições ou que seja incompleto. Esse termo passou a ser utilizado também para designar a ausência ou disfunção nas estruturas psíquica, física ou anatômica do ser humano, associando-se à biologia humana. Dessa forma:

A deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada. Nas últimas décadas, o movimento das pessoas com deficiência, juntamente com inúmeros pesquisadores das ciências sociais e da saúde têm identificado o papel das barreiras físicas e sociais para a deficiência. A transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um “modelo médico” para um “modelo social” no qual as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos (OMS, 2012, p. 4).





Farias e Buchalla (2005) por sua vez, comentam que o documento CIDID (Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens), cunhado em 1989, trata de descrever cada tipo de problemática a que se orienta:

De acordo com esse marco conceitual, *impairment* (deficiência) é descrita como as anormalidades nos órgãos e sistemas e nas estruturas do corpo; *disability* (incapacidade) é caracterizada como as consequências da deficiência do ponto de vista do rendimento funcional, ou seja, no desempenho das atividades; *handicap* (desvantagem) reflete a adaptação do indivíduo ao meio ambiente resultante da deficiência e incapacidade (CIDID, 1989, apud FARIAS; BUCHALLA, 2005, p. 189).

Rodrigues (2008), ao relatar desde os primórdios da humanidade o atendimento à pessoa com deficiência na sociedade, aponta que na cultura primitiva, em que os povos nômades sobreviviam de caça e pesca, sempre sujeitos às intempéries e animais selvagens, a aceitação dessas pessoas era difícil. Isso porque qualquer pessoa que fugia às rotinas da tribo, que eram incapazes de ir à busca de caça e sobreviver por si mesmos à agressividade da vida e das condições do ambiente, mostravam-se dependentes dos outros membros da tribo.

Por essa razão, conforme a autora, geralmente essas pessoas eram abandonadas em ambientes agrestes e perigosos, inevitavelmente contribuindo para sua morte. Ainda que não existam registros declarados da existência de pessoas com deficiência nesse período histórico, esse tipo de informação levanta a hipótese desse tipo de ocorrência.

Araújo e Ferraz (2010), comentam que o conceito de pessoa com deficiência recebeu, contudo, diversos tratamentos ao longo da história da humanidade. A priori não se trata do conceito abstrato, mas sim, de como a pessoa com deficiência é vista e inserida na realidade social. A perspectiva de entendimento da deficiência e as causas de sua existência influenciam de forma direta a aceitação e participação na sociedade.

Na concepção dos direitos humanos, os autores identificam quatro estágios da pessoa com deficiência. No primeiro estágio há uma intolerância total com essas pessoas, que eram consideradas impuras, castigadas pelos Deuses. Mencionam que na obra de Platão, “A República” e de Aristóteles, “A Política”, ambos fazem referência à eliminação de crianças nascidas com deformidades, seja por meio do abandono ou atirando-as da cadeia montanhosa de Tygetos, na Grécia.

Oliveira (2010) comenta que, na antiguidade, pessoas com deficiência sequer eram consideradas seres humanos, passando por profundas rejeições sociais. A deficiência, na antiguidade inexistia como um problema, pois crianças com deficiências imediatamente identificáveis, recebiam como postura da sociedade a “exposição”, isto é, o abandono por parte dos pais até que morressem.

Araújo e Ferraz (2010) consoam com essa percepção e apontam que a cidade grega de Esparta, em que o reinado de Leônidas determinou que os guerreiros deveriam ser perfeitos a





fim de defender suas fronteiras, foi a que mais executou crianças nascidas com qualquer tipo de deficiência. Todavia, mesmo que fossem consideradas “defeituosas”, nem todas as crianças com deficiência desse período foram mortas.

Conforme Oliveira (2010, p. 28), “A título de exemplo, na Itália, muitas eram colocadas em cestas de flores à margem do rio Tibre, onde escravos e pessoas pobres pegavam-nas para criá-las e mais tarde as utilizavam como meio de exploração, para pedir esmolas”. Essa prática chegou a tal ponto que as pessoas raptavam crianças a fim de mutilarem-nas e servirem como pedintes.

Durante o período Medieval, o mundo europeu deparou-se com um constante crescimento urbano, sem infraestrutura e sem recursos. Dessa forma, as populações viveram, por séculos, o receio das epidemias como hanseníase, peste bubônica, difteria e influenza que devastaram a Europa e deixaram grandes sequelas para os sobreviventes (OLIVEIRA, 2010, p. 29).

Segundo a autora, nesse período histórico as mais graves doenças, inaptidões físicas e má formações congênitas eram analisadas como sinais da ira divina ou do castigo de Deus, tornando rituais de benzedura e ritos misericordiosos do exorcismo. A compreensão de deficiência se tornou associada à religião, onde a pessoa com deficiência era considerada possuída pelo demônio, expiando a culpa e a vingança de Deus.

Araújo e Ferraz (2010) explicam que esses acontecimentos marcam o segundo estágio da história das pessoas com deficiência, caracterizado pela invisibilidade, em que essas eram relegadas a guetos, separadas do resto da sociedade, sendo que alguns exemplos desse estágio remetem aos relatos bíblicos de leprosos, considerados impuros e segregados da sociedade.

Os autores salientam a importância da doutrina cristã, sobretudo do novo testamento, pois a descrição de milagres e curas fez com que a pessoa com deficiência viesse ao centro das atenções. Os preceitos de amor ao próximo, acolhimento e universalidade dos direitos humanos foram passos importantes – ainda que iniciais e embrionários – para dar um novo foco à pessoa com deficiência e à sua participação na sociedade.

Rodrigues (2008), aponta que na Idade Média, na Europa, em geral, a atitude com pessoas com deficiência era também de exclusão e abandono, o que ocorreu até a difusão do cristianismo. Entre os milagres de Cristo surge um grande volume de relatos de cura de deficiências física, auditiva e visual. Um exemplo dos ideais cristãos e sua influência foi Nicolau¹, Bispo de Myra que, em 300 d.C. acolhia crianças e pessoas com deficiência abandonadas.

¹ “Nicolau: na Europa, dia 06 de dezembro, seu dia, é comemorado, como se fosse o Papai Noel. Em alguma época foi considerado o Patrono das Crianças com Perturbações do Desenvolvimento” (RODRIGUES, 2008, p. 8).





Devido ao cristianismo, segundo a autora, essas pessoas passaram a “ganhar alma”, logo, eliminá-las ou abandoná-las se tornou um atentado contra os desígnios divinos. Ao longo da Idade Média, as pessoas com deficiência ganharam o status de “filhos de Deus”, porém, a igualdade de status moral ou teológica não era correspondente à igualdade civil e de direitos.

Isso porque, conforme Rodrigues (2008), a pessoa com deficiência passou a ser acolhida de forma caritativa, em conventos ou igrejas e, quando a deficiência não era acentuada, sobrevivia no próprio âmbito familiar, escapando à exposição – que era a prática de abandono à inanição, ou servindo como palhaços ou atrações de circo. Nessa época, aponta que Martinho Lutero defendia que as pessoas com deficiência eram diabólicas e que mereciam ser castigadas para serem purificadas².

A autora explica que, no século XIII surge a primeira instituição para pessoas com deficiência, precursora de atendimento sistemático. Se tratava de uma colônia agrícola na Bélgica, cuja proposta era cuidar da alimentação, exercícios e ar puro a fim de minimizar os efeitos da deficiência. No século XIV surgiu a primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e bens de pessoas com deficiência mental³.

O rei era responsável por esses cuidados e recebia a herança como pagamento. Nessa lei surge a distinção entre a pessoa com deficiência mental e com doença mental; a primeira, “loucura natural”, pessoas que sofriam de idiotia permanente e, a segunda, “lunática”, aquelas que sofriam de alterações psiquiátricas transitórias. O doente mental tinha direito aos cuidados sem perder os bens. A lei não deixou de marcar a diferença entre eles (RODRIGUES, 2008, p. 9).

De forma gradativa, como explica Oliveira (2010), a custódia dessas pessoas e seu cuidado, passaram a ser atribuídos à família, com apoio da igreja, mesmo que não existam evidências de esforços específicos e organizados de provimento do acolhimento, proteção e/ou tratamento. Ainda no período Medieval, a autora comenta que o poder da igreja católica instaurou um cenário generalizado de abusos e manifestações incoerentes às atitudes e discursos religiosos, gerando indignação na sociedade.

A autora menciona que, ao tentar proteger-se da insatisfação e das manifestações, a igreja deu início a um dos períodos mais obscuros e cruéis da história da humanidade. Isso porque passou a perseguir, caçar e exterminar seus “dissidentes”, com o argumento de que eram hereges ou serviam ao demônio. Durante esse episódio, documentos papais foram

² “Lutero conheceu um menino de 12 anos, na cidade de Dessau que se empanturrava de comida, babava e gritava quando as pessoas se aproximavam. Sugeriu ao príncipe da cidade que o afogasse no rio” (RODRIGUES, 2008, p. 9).

³ A terminologia deficiência mental foi substituída por deficiência intelectual após a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual em 2004, por considerar que o termo intelectual refere-se ao funcionamento do intelecto e não ao funcionamento da mente como um todo.





redigidos, determinando os procedimentos que deveriam ser tomados com pessoas que incitavam doutrinas opostas aos dogmas da igreja.

Nesse sentido, a partir do século XII, a Inquisição Católica, utilizou práticas de tortura, morte pela fogueira e outras punições severas como formas de repressão. Tais ações sacrificaram milhares de pessoas consideradas loucas, adivinhas, os próprios deficientes mentais vistos como endemoninhados, e todos os que discordavam das ações do clero, bem como os inimigos pessoais, ‘num movimento crescente tão característico de todo comando totalitário e autoritário’ (OLIVEIRA, 2010, p. 30).

Conforme Araújo e Ferraz (2010), esse período se caracteriza como o terceiro estágio da construção da pessoa com deficiência na sociedade, talvez o mais vivenciado no Brasil, que foi caracterizado pelo assistencialismo. Esse estágio foi essencialmente marcado pelos avanços da ciência e da medicina, na tentativa de curar qualquer limitação. A pessoa com uma enfermidade, deveria então receber assistência por parte da sociedade, enquanto não fosse descoberta uma forma de curar sua doença.

Oliveira (2010) explica que, dessa forma, surgem as primeiras ações de tratamento médico, com a instauração de hospitais psiquiátricos destinados a essas pessoas, mas, caracterizados pelo confinamento, mais do que tratamento dos pacientes considerados doentes e que, por outro lado, continuavam sendo encarados como um incômodo para a sociedade. A percepção dos preceitos religiosos mudou ainda mais profundamente com a obra de John Locke, datada de 1690, que propunha o ser humano como uma tábula rasa.

Segundo Oliveira (2010), foi no século XIX também que o Brasil iniciou os atendimento de pessoas com deficiência, inspirando-se em experiências de educadores europeus e norte-americanos. No campo da deficiência visual, em 1854 foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que posteriormente seria conhecido por Instituto Benjamin Constant. Em 1857, foi a vez da criação do Instituto dos Surdos-Mudos, conhecido atualmente como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Sobre esse período Westmacott (1996), explica que o modelo médico que fora adotado ao longo do tempo em relação às deficiências, foi a tentativa de “normalizar” os indivíduos, a fim de adequá-los aos padrões da sociedade. Sasaki (1999) complementa dizendo que, algumas vezes os deficientes precisam de apoio físico e médico para adequar-se às condições ambientais e melhorar sua qualidade de vida, porém, para isso, é fundamental considerar suas necessidades e a finalidade desse atendimento, que é possibilitar ao sujeito mais autonomia sobre sua própria vida.

Oliveira (2010), retoma o debate dizendo que no início da década de 1930 passam a surgir as primeiras tentativas de atendimento educacional à pessoa com deficiência física, por meio da criação de classes especiais na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho, da Santa Casa





de Misericórdia, em São Paulo. Em 1948, criou-se outra classe e, posteriormente, entre 1950 e o final da década de 1960, são implementadas outras duas turmas.

Na década de 1930, foi fundada a primeira Sociedade Pestalozzi do país, com a finalidade de atender a pessoas com deficiência mental. A expansão do instituto passou de Belo Horizonte, em Minas Gerais, para o Rio de Janeiro e São Paulo, pouco depois. Em meados da década de 1950 foi fundada, no Rio de Janeiro a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que, na contemporaneidade conta com mais de 1,3 mil entidades associadas.

Conforme Oliveira (2010), na década de 1980, aproximadamente dez classes especiais em escolas estaduais funcionavam, sendo classificadas, de forma administrativa, como escolas isoladas. Essas turmas funcionavam ainda nos padrões de reabilitação das deficiências, como classes hospitalares, em que cada professor prestava atendimento individualizado aos alunos, considerando-os como pacientes de hospital em atendimento de recuperação de debilidades.

Oliveira (2010), comenta que as instituições passaram a se especializar para prestar atendimento às pessoas com deficiência a fim de promover serviços possíveis, uma vez que a sociedade não aceitava receber pessoas com deficiência em serviços preexistentes na comunidade. Por isso, na década de 1960, houve um aumento de instituições especializadas.

Contudo, ainda nesse período a tentativa de integrar os deficientes aos sistemas sociais gerais, como educação, família, trabalho e lazer, mantinha esse traço do assistencialismo, ainda baseado no modelo médico da deficiência. Somente na década de 1980, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Década das Nações para Pessoas Portadoras⁴ de Deficiência, foram consolidados os princípios éticos, filosóficos e políticos para que fosse iniciado o processo de construção da cidadania dessas pessoas.

Bezerra e Vieira (2012), apontam que ao longo do desenvolvimento e da evolução da humanidade – como foi possível notar através desse apanhado histórico – houve o esclarecimento de mitos e crenças que, durante muito tempo, foram sustentadas como verdades, arraigando diversos preconceitos e formas de exclusão. A deficiência, desde os princípios da humanidade, esteve permeada por mitos e crenças e, sobre isso, os autores comentam:

A relação da sociedade com a deficiência modificou-se ao longo do tempo. Atualmente, há o reconhecimento de que a pessoa com deficiência é cidadã como qualquer outra, com o mesmo direito à livre escolha e a usufruir das oportunidades disponíveis na sociedade, qualquer que seja seu tipo de deficiência e o grau de comprometimento que apresente, cabendo à sociedade reorganizar-se, para garantir a qualquer um, independentemente das peculiaridades individuais, acesso a tudo que a constitui e a caracteriza (BEZERRA; VIEIRA, 2012, p. 233).

⁴ Em 2010, o tema “pessoa portadora de deficiência” foi substituído por “pessoa com deficiência” pela Portaria n. 2344 de 3.11.2010, da Secretaria dos Direitos Humanos.





Todavia, quando a sociedade se depara – e isso ocorre até o presente – com o “diferente”, encontra uma profunda dificuldade em compreender e aceitar as diferenças, sobretudo se elas fogem aos padrões que estão tão arraigados. Nuernberg (2008), que se baseia nos pensamentos de Lev Vygotsky, comenta que, mesmo com os avanços históricos na forma como se compreende o conceito de deficiência, o mito de que essa pessoa é diferente das outras pessoas sem deficiências, ainda se perpetua. O que faz com que muitas pessoas com deficiência sejam tratadas, ainda no presente, como um fardo para suas famílias e para a sociedade.

O mesmo autor menciona que, encarando a deficiência como uma diferença, a tendência da sociedade até o momento, foi de fixar-se tão somente nas características do sujeito, ignorando qualquer outro traço humano da pessoa e, conseqüentemente, gerando uma desumanização e a exclusão da pessoa com deficiência. Nesse sentido, a concentração da sociedade costuma ser na deficiência e não na pessoa em si, “as conseqüências sociais do defeito se acentuam, alimentam e consolidam o próprio defeito. Nesse problema não existe aspecto algum onde o biológico possa ser separado do social⁵”. (VYGOTSKY, 1997 apud NUERNBERG, 2008, p. 309)

Nuernberg (2008), complementa essa concepção dizendo que o sujeito se torna, portanto, indissociável de sua deficiência, o que faz com que a sociedade atribua mais importância à deficiência em si, à condição de deficiente e às suas limitações, do que aos demais aspectos que fazem com que o sujeito seja ele mesmo, seja um ser humano. Nesse processo, o indivíduo passa a ser reconhecido somente como “deficiente”, cujas capacidades são sempre subestimadas e, não raramente, o sujeito é tratado como incapaz, se tornando alvo de ações de piedade. Sobre isso, o autor explica que:

Cria-se, assim, um círculo vicioso no qual, ao não se acreditar na capacidade de aprender das pessoas com deficiência, não lhe são ofertadas condições para superarem suas dificuldades. Em conseqüência, elas ficam condenadas aos limites intelectuais inerentes à deficiência, tomados assim como fatos consumados e independentes das condições educacionais de que dispõem (NUERNBERG, 2008, p. 309).

Considerando esse contexto histórico breve aqui relatado, foi possível notar que ao longo do tempo a contextualização da deficiência e a forma como o deficiente foi tratado na sociedade, passou de total segregação, passando pela caridade assistencialista e chegando à tentativa de normalização, algo que se encontra em luta para ser derrubado no presente. Isso aconteceu, conforme o autor, quando ocorreu uma das reformas contemporâneas mais

⁵ Texto original: “Las consecuencias sociales del defecto acentúan, alimentan y consolidan el propio defecto. En este problema no existe aspecto alguno donde lo biológico pueda ser separado de lo social” – Tradução Ivre.





importantes na educação brasileira, na década de 1990, inserindo o conceito de educação inclusiva, buscando a participação dos alunos com deficiência nos espaços escolares regulares, algo que ainda se encontra em processo de execução.

Araújo e Ferraz (2010), finalizam dizendo que a fase que se caracteriza desde então e se prolonga até o presente, coloca foco nos direitos humanos e na inclusão da pessoa com deficiência, de forma plena em todas as esferas sociais. A partir de então, a pessoa com deficiência deve ser tratada com igualdade de direitos na sociedade e, em que pese a grande importância da continuidade de pesquisas científicas a fim de minorar as limitações dessas na sociedade. A doença, como uma expressão pejorativa do termo, não mais é centrada na pessoa com deficiência, mas sim, na sociedade, que encontra profundas dificuldades em lidar com as diferenças, bem como com qualquer pessoa que destoe dos padrões ainda vigentes, após serem historicamente construídos e arraigados socialmente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa surgiu a partir do interesse em pontuar aspectos históricos da trajetória da pessoa com deficiência. Teve como objetivo geral debater de maneira conceitual a historização da concepção de deficiência ao longo do tempo.

A justificativa para a escolha do tema paira sobre sua contemporaneidade, além da expectativa de contribuir com o âmbito acadêmico. A pesquisa foi exploratória com abordagem qualitativa. Como instrumento para coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica para aprofundamento teórico, e busca de dados relevantes quanto ao tema proposto, “[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32), e que para Boni e Quaresma (2005, p.71) constam de “um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das pesquisas realizadas a fim de compor o presente trabalho, foi possível compreender que o conceito de deficiência nos primórdios da humanidade, designava pessoas subumanas, incapazes, descartáveis à sociedade e assim foi ao longo de muito tempo. Nessa época da história as pessoas constatadas com algum tipo de deficiência eram simplesmente





eliminadas da sociedade, mortas ou abandonadas para morrer, por serem consideradas inaptas a sobreviver como os demais.

Inicialmente, pessoas com deficiência eram associadas a um castigo divino, ou mesmo a obras do demônio. Mas, em seguida, houve o momento de intensa invisibilidade histórica, em que passaram a ser consideradas, na perspectiva religiosa, como munidas de alma, logo, filhas de Deus, o que fez com que se tornasse um crime simplesmente matá-las, mas permaneceram sendo segregadas e retiradas da sociedade.

Da invisibilidade à convivência em sociedade houve um caminho muito longo, que é delineado por medidas caritativas e por um intenso assistencialismo, correspondentes a ações imediatistas e desarticuladas, que trataram de manter as pessoas com deficiência, durante muito tempo, isoladas nos espaços familiar ou em instituições de confinamento, longe da sociedade.

No século XX, emerge o modelo biomédico de tratamento da pessoa com deficiência, que passa a interpretar o conceito como uma incapacidade a ser superada. Nesse momento, busca-se uma integração social, o que ocorre por meio da tentativa de “normalização”, a fim de adequá-la aos padrões da sociedade.

Mesmo com um modelo que, aparentemente aceitava a pessoa com deficiência, essa era entendida como uma doença ou um acidente, portanto, algo a ser tratado e reabilitado, a fim de recuperar o máximo das capacidades e aproximar-se ao máximo da cura. Esse momento, porém, também toma como foco as limitações funcionais da pessoa, desconsiderando as situações do contexto social, sua condição enquanto ser humano.

Nesse cenário, os esforços de participação são desenvolvidos pela pessoa com deficiência, por sua família, mas não são feitas mudanças – ou sequer esforços para promovê-las – na sociedade.

Talvez seja devido à perpetuação desse modelo biomédico durante tanto tempo, que a deficiência é um assunto que ainda gera resistência por parte da sociedade que, mesmo no presente, sente dificuldade em aceitar a necessidade de modificar estruturas e atitudes.

Pois,

praticar a inclusão é adotar uma nova ética, inspirada na certeza de que a humanidade encontra infinitas formas de se manifestar, sobre as quais é impossível atribuir um valor mais ou menos humano. Apropriar-se dessa ética da diversidade significa abandonar o equivocado hábito de hierarquizar condições humanas definindo quais delas tem ou não direitos e dos mais simples ao mais complexos. O velho hábito será substituído por inusitadas reflexões e atos que garantam a cada recém-nascido o direito de nunca ter o seu valor humano questionado, sob qualquer alegação, não importa o que lhe aconteça, de que forme ande, pense, leia, enxergue ou expresse. (Werneck, 2003, p. 47)





Nesse sentido, a sociedade inclusiva é aquela que reconhece a deficiência como uma condição humana, como uma das muitas formas de diversidade do ser humano, respeitando a pessoa com deficiência, enxergando-a para além dessa condição e encontrando nela um ser humano, munido de direitos e deveres como qualquer outro, capaz e apto a exercer sua cidadania e viver em sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente as pessoas com deficiência tem sido conceituadas por vários paradigmas ao longo da história, sendo que o preconceito e a estigmatização provocaram consequências que perduram até a atualidade.

A partir dos dados históricos apresentados constatou-se uma trajetória excludente, irregular e heterogênea. No entanto, percebe-se uma humanização, mesmo que discreta a partir da aceitação limitada e do assistencialismo. As mudanças sociais e dos direitos humanos provocaram um novo olhar sobre as pessoas com deficiências, que diariamente lhes é negado o acesso aos bens e serviços disponibilizados na sociedade.

O processo de inclusão dessas pessoas na sociedade está em construção, os aparatos legais tem sido fundamentais para que se cobre o cumprimento dos direitos em igualdade de oportunidades, respeitando suas limitações e fortalecendo as potencialidades.

Esse modelo social se encontra em vigência no presente e ainda passa por uma luta por transformar as condições sociais, diante de políticas públicas de inclusão. Nesse modelo, a deficiência é entendida por outro viés, de forma que cabe à sociedade eliminar barreiras físicas, programáticas e atitudinais, a fim de incluir todas as pessoas que fazem parte delas e possibilitá-las acessar serviços, espaços, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Nesse modelo em vigor, as políticas universais tratam das especificidades da população de pessoas com deficiência, cujas intervenções realizadas não são como no modelo biomédico, isto é, na tentativa de normalizar a pessoa aos padrões da sociedade, mas sim, no campo atitudinal, na provisão de condições de acessibilidade a educação, aos espaços urbanos, transportes, nas formas e sistemas diversos de comunicação, informação e tecnologia assistiva.

REFERÊNCIAS





ARAÚJO, E. A. B. S.; FERRAZ, F. B. **O conceito de pessoa com deficiência e seu impacto nas ações afirmativas brasileiras no mercado de trabalho.** In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, jun. 2010.

BEZERRA, S. S.; VIEIRA, M. F. **Pessoa com deficiência intelectual: a nova "ralé" das organizações do trabalho.** Rev. Adm. Empr., v. 52, nº 2, mar./abr. 2012.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80/2005. Disponível em www.emtese.ufsc.br. Acesso em 11 abr. 2018.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. **Funcionalidade, incapacidade e saúde da Organização Mundial da Saúde: conceitos, usos e perspectivas.** Rev. Bras. Epidemiol. 2005; 8(2): 187-93.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

NUERNBERG, A. H. **Contribuições de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência visual.** Psicologia em Estudo. Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.

OLIVEIRA, L. C. **Visibilidade e participação política: um estudo no conselho municipal da pessoa com deficiência em Niterói.** Rio de Janeiro: PUCRJ, 2010. (Dissertação de mestrado).

Organização Mundial da Saúde – OMS. World Health Organization; The World Bank. **Relatório mundial sobre a deficiência.** São Paulo: SEDPcD, 2012.

RODRIGUES, O. M. P. R. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: CAPELLINI, V. L. M. F. (org.). **Práticas em educação especial e inclusiva na área de deficiência mental.** Bauru: MEC; SEE, 2008.

WERNECK, Claudia. **Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano.** Rio de Janeiro: WVA, 2003.

WESTMACOTT, K. **Trabalhando por mudanças.** Londres: CBR New, 1996.

